

PROVIMENTO AO GARGO DE DIRETORES ESCOLARES NO “PAÍS DE TODOS”

Javan Sami Araújo dos Santos¹ - UFAL/CEDU - CNPq
javansami@hotmail.com

Edna Cristina do Prado² - UFAL/CEDU - CNPq
wiledna@uol.com.br

Universidade Federal de Alagoas - **UFAL**
Centro de Educação - **CEDU**

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - **CNPq**

(GT 2) Eixo Temático: Políticas de educação básica e de formação e gestão escolar.

RESUMO

O trabalho traz diferentes concepções de gestão ao longo da história e apresenta modelos de superação das descontinuidades postas frente ao desenvolvimento. A cada nova demanda há necessidade de criar mecanismos legitimadores por meio de aspectos reguladores e burocráticos que interferem diretamente na constituição das relações produtivas e na produção das subjetividades no âmbito escolar. Sendo assim, a Gestão Democrática na contemporaneidade e o provimento ao cargo de diretor escolar no Brasil apresentam alguns elementos norteadores de uma compreensão da participação na escolha de diretores pela gestão democrática, que visa ultrapassar o imediatismo pautado apenas nas relações de poder.

Palavras-chave: Gestão Democrática; Provimento ao cargo de diretor; Participação.

A discussão da gestão democrática como princípio consolidador para a participação de todos na democratização dos espaços escolares vem reforçar não só as diversas possibilidades de gerir os processos, mas também, estabelece um momento de reflexão do que efetivamente pode ser considerado democrático em uma realidade que, em certos momentos históricos, permanecem com valores autoritários arraigados em seu imaginário coletivo e nas tomadas de decisões. Avaliar a Gestão Democrática na contemporaneidade e as formas de acesso ao cargo de diretor escolar no Brasil, como também, analisou-se a situação em que se encontra o assunto na literatura da área. Por isso, apresentamos alguns elementos norteadores de uma compreensão sobre a gestão democrática, que visa ultrapassar o imediatismo pautado apenas nas relações de poder dos gestores escolares. Usamos como meio metodológico: as leituras bibliográficas, as discussões e encontros sistemáticos no grupo de pesquisa a fim de apropriar conhecimentos sobre a Gestão Democrática na escola, como também, a análise do quadro categorial, descrito por Maria Aglaê Medeiros Machado, apresentado no seminário sobre Liderança Escolar (São Paulo, 09 /06/2003). Desta forma, as formas mais comuns de acesso ao cargo de diretor no Brasil, segundo Vieira (2006) são: a) Indicativa; b) Direta; c) Seletiva;

d) Seletiva e Direta. A gestão democrática é um dos temas mais discutidos entre os educadores, representando importante desafio na operacionalização das políticas de educação e no cotidiano da escola. Sua base legal remonta à Constituição de 1988, que define a gestão democrática do ensino público, na forma da lei, como um de seus princípios (Art. 206, Inciso VI). Seja nas condições de trabalho da escola, na autonomia da escola, na participação da comunidade na gestão escolar, na formação profissional dos dirigentes e em específico a escolha de dirigentes escolares de forma democrática. Desta forma, as formas mais comuns de acesso ao cargo de diretor no Brasil, segundo Vieira (2006) são: a) Indicativa: forma de acesso na qual os representantes políticos “podem” indicar os gestores; b) Direta: fundamentada de forma democrática, a comunidade poderá votar no gestor mais qualificado ao cargo; c) Seletiva: que por meio de uma prova assegurará que o candidato a gestor está munido de conhecimentos sobre a gestão escolar; d) Seletiva e Direta: neste caso, dá-se por meio de concurso que classifica os gestores e depois os põem em aceitação da comunidade e sujeitos que contribuem no âmbito administrativo e pedagógico, além da participação coletiva para a aprovação de suas propostas na gestão que assumirá. O trabalho visou esclarecer como se estabelece o acesso do gestor escolar, assim como, o papel do gestor frente à gestão democrática, refletindo sobre sua postura e assumindo a responsabilidade efetiva na gestão da escola e da gestão da participação nos espaços escolares. Desta forma, espera-se que o gestor tenha uma visão global e conhecimentos para provocar e incitar as mudanças dentro da instituição educacional, tornando-se um agente de transformação, com consciência e responsabilidade na tomada de decisão. O modelo democrático não só abre espaço para iniciativa e participação, mas promove no sujeito uma cobrança da equipe escolar, alunos e pais, para que juntos possam resolver o desafio da qualidade da educação no âmbito escolar. Isso porque, o gestor num paradigma democrático deve exercer uma liderança que incentive o desenvolvimento, o compromisso pedagógico, a responsabilidade e a qualidade de forma criativa no processo educacional.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Conselho Escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor.** Caderno 5, 2004.
- LDB - **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** LEI No. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- LÜCK, H. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

PARO, Vítor Henrique. **Eleição de Diretores: a escola pública experimenta a democracia.** Campinas - SP.: Xamã, 2003.

VIEIRA, Sofia Lerche; MEDEIROS, Isabel Letícia Pedroso de. **Gestão escolar democrática: concepções e vivências.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

¹ **Javan Sami Araújo dos Santos** é graduado em Pedagogia Licenciatura no Centro de Educação (CEDU/UFAL) e estudante de Letras/Português no Instituto Federal de Alagoas (IFAL), bolsista PIBIC/CNPq/UFAL (2009/2010/2011) e componente dos grupos de pesquisa sobre Estado, Políticas Sociais e Educação Brasileira (GEPE), Multidisciplinar em Educação de Jovens e Adultos (MULTIEJA) e Gestão e Avaliação Educacional (GAE). Atualmente está docente em escola pública municipal de educação básica na cidade de Rio Largo/AL.

² **Edna Cristina do Prado** é docente do Curso de Pedagogia Licenciatura, do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira (CEDU/UFAL), e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PPGECIM/UFAL). Lidera o grupo de pesquisa sobre Estado, Políticas Sociais e Educação Brasileira (GEPE) e Gestão e Avaliação Educacional (GAE). Atualmente está diretora da ANPAE/AL.